Serviços Fabris aberto praça em 30 de maio de 1910 para arrematação de varios artigos destinados á laboração da Fabrica Nacional de Cordoaria, no anno economico de 1910-1911, appareceram varias propostas, e, entre ellas, uma de Joaquim Soares Franco, para fornecimento de linho, cairo, pita e alcatrão, que foi excluida, porque o representante do proponente não provou que este era negociante da especialidade dos artigos a que se referia a proposta, sendo certo que alguns dos concorrentes contestaram essa qualidade ao proponente Joaquim Soares Franco, a fl. 16;

Mostra-se que, protestando o concorrente Soares Franco contra a exclusão, visto o artigo 6.º do caderno de encargos admitir propostas de commerciantes estabelecidos a fl. 20, o conselho manteve a exclusão: a) porque o concorrente não provou que era commerciante estabelecido; o carimbo do envolvero da proposta apenas tem o nome e morada do proponente, sem indicação de estabelecimento de qualquer commercio, escritorio de comissões ou consignações; b) porque não cumpriu o preceituado no § unico do mesmo artigo 6.º autenticando com testemunhas a sua capacidade commercial, a fl. 16 e 17;

Mostra-se que, nos termos do § 2.º do artigo 94.º do regulamento de 27 de junho de 1907, recorreu, em 1 de junho de 1910, da decisão do conselho para o antigo Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar allegando:

— que satisfaz ás condições exigidas nas clausulas do concurso;

— que exerce o commercio da especialidade a que concorreu, e dos respectivos materiaes tem deposito no Barreiro, encontrando se instalado o escritorio na Rua do Corpo Santo n.º 50, 1.º;

— que prova este asserto com o conhecimento da licença, que, em 13 de maio, a Camara Municipal de Lisboa lhe concedeu para ter o seu estabelecimento aberto até 30 de junho de 1910 a fl. 24, e com as declarações de fl. 25 a 28, que provam o exercicio do commercio, dos artigos a que concorreu, sendo notavel que até com a propria Cordoaria Nacional negociou, por contrato particular, em alcatrão a fl. 21-22;

Mostra-se que o Conselho de Administração dos serviços fabris informa:

— que a licença da Camara Municipal de Lisboa, dada de 13 de maio de 1910 e que terminou em 30 de junho, referindo-se á agencia commercial, sem designação de especialidade, como os attestados, cujo valor é diminuto, attenta a sua origem e a forma da sua redacção, não fundamentam o pedido do recorrente;

— que, por informação directa do proprio recorrente, o proponente Joaquim Soares Franco acha-se estabelecido desde maio de 1910, e, por informações obtidas é pouco conhecido na praça;

— que parece não offerecer as garantias necessarias para o fornecimento da principal materia prima, na importancia aproximada de 25:000\$000 réis, necessaria para a laboração da cordoaria a fl. 22 e 23;

Mostra-se que com esta informação se conformou o antigo Ministro da Marinha e Ultramar por despacho de 8 de junho de 1910 a fl. 21; e d'este despacho que foi comunicado ao interessado em officio de 16 do mesmo mês e anno, interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, em 20 d'esse mês;

O que tudo visto e ponderado;

Ouvido o antigo Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar, e a promoção do Ministerio Publico:

Considerando que as partes são legitimas e os proprios que estão em juizo, e que neste recurso interposto no prazo legal, foi empregado o processo competente;

Considerando que não está provado no processo que o despacho recorrido de 8 de junho de 1910, que confirmou a exclusão do concorrente Joaquim Soares Franco, violou lei ou regulamento, offendeu quaesquer direitos adquiridos, ou traduziu incompetencia ou excesso de poder (lei de 9 de setembro de 1908, artigo 89.º-*tres*): a) porque o Ministro recorrido tinha competencia para proferir o despacho de 8 de junho de 1910 (regulamento de 27 de junho de 1910, artigo 94.º, § 2.º); b) porque o Conselho da Administração dos Serviços Fabris tinha competencia para julgar da idoneidade dos concorrentes e excluir da praça os que não dessem garantias (regulamento citado, artigo 94.º); c) porque, consequentemente, não houve offensa de direitos adquiridos;

Hei por bem, conformando-me com a presente consulta, denegar provimento no recurso interposto por Joaquim Soares Franco, em 20 de junho de 1910, e confirmar para todos os effeitos o despacho de 8 de junho do mesmo anno que confirmou a exclusão do recorrente da praça celebrada em 30 de maio do mesmo anno de 1910.

O Ministro da Marinha e Colonias assim o faça imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 15 de abril de 1911. — *Amaro de Azevedo Gomes.*

Direcção Geral de Marinha

3.ª Repartição

Por portaria de 7 do corrente:

Joaquim Germano — nomeado faroleiro auxiliar. (Tem o visto do Tribunal de Contas).

Direcção Geral da Marinha, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães.*

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

1.ª Secção

Despachos effectuados na data abaixo indicada

Por decretos de 15 do corrente mês:

Duarte Egas Pinto Coelho, tenente-medico — exonerado do cargo de Intendente dos Negocios Indigenas e de Emigração na provincia de Moçambique.

Agostinho Candido Loureiro — exonerado do lugar de director da Imprensa Nacional da provincia de Moçambique.

Por portarias de 15 do corrente mês:

Antonio Cardoso de Oliveira — confirmado no lugar de continuo da Intendencia dos Negocios Indigenas e de Emigração na provincia de Moçambique.

Eduardo Ferreira da Conceição, funcionario do 1.º grau do quadro administrativo da provincia de Moçambique e amanuense da circumscrição de Inharrime — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias que, em sua sessão de 13 do corrente mês, lhe arbitrou sessenta dias de licença, para continuar o tratamento. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e addicionaes).

Joaquim Augusto de Matos Caeiro, amanuense da fiscalização de emigração em Ressano Garcia na provincia de Moçambique — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias que, em sua sessão de 13 do corrente mês, lhe arbitrou noventa dias de licença para se tratar. (Idem).

2.ª Secção

Por decreto de 15 do corrente:

Zoivontá Sinay Carapurcar, attendendo ás informações a seu respeito dadas pelo governador geral da India portuguesa e pelo presidente da Relação de Nova Goa — nomeado escrivão do primeiro officio da comarca de Salsete.

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade.*

2.ª Repartição

2.ª Secção

Attendendo ao que lhe representou o governador de Cabo Verde, com fundamento na conveniencia e oportunidade de criar as possiveis facilidades a toda a iniciativa tendente a promover o fomento agricola e industrial d'aquella provincia, para o que muito poderá concorrer o desenvolvimento dos meios de transporte;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os automoveis completos, com ou sem vehiculos, destinados a serem rebocados pelo carro motor, que forem importados pelas alfandegas da provincia de Cabo Verde, pagarão 30\$000 réis de direitos.

§ unico. As peças separadas para renovação de automoveis já existentes na provincia são isentas de direitos.

Art. 2.º É fixado em 5 por cento *ad valorem* o direito da gasolina que, pelas mesmas alfandegas, houver de ser importada para combustivel dos automoveis.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 25 de março de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga = Antonio José de Almeida = Bernardino Machado = José Relvas = Antonio Xavier Correia Barreto = Amaro de Azevedo Gomes = Manuel de Brito Camacho.*

Sendo de reconhecida conveniencia e vantagem facilitar a entrada na provincia de Moçambique de carros especialmente destinados ao transporte de carga, modificando neste sentido o disposto no decreto com força de lei de 26 de novembro de 1903;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É alterada, com relação á provincia de Moçambique, a especificação do artigo 2.º do decreto com força de lei de 26 de novembro de 1903, ficando estabelecido:

1.º Que os automoveis incompletos (rodados com motor) pagarão o direito de importação de 70\$000 réis;

2.º Que os automoveis completos, destinados ao transporte de pessoas, pagarão de direitos de importação, seja qual for a procedencia, 120\$000 réis;

3.º Que os carros automotores destinados ao transporte de carga, seja qual for a procedencia, pagarão de direitos de importação 30\$000 réis;

Art. 2.º A gasolina, importada para combustivel de automoveis e carros automotores, pagará, como producto chimico não especificado, a taxa fixada nas respectivas tabellas pautaes para as mercadorias não especificadas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Repu-

blica, em 15 de abril de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga = Antonio José de Almeida = Affonso Costa = José Relvas = Antonio Xavier Correia Barreto = Amaro de Azevedo Gomes = Bernardino Machado = Manuel de Brito Camacho.*

Despacho effectuado na data abaixo indicada

Em portaria de 15 do corrente:

Francisco Domingos Cravo, guarda fiscal de 1.ª classe do serviço aduaneiro do districto do Congo — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias, arbitrando-lhe noventa dias de licença para se tratar. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e addicionaes).

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade.*

3.ª Secção

Em portaria de 17 do corrente:

Eduardo Rodrigues, escrivão da capitania dos portos da provincia de Angola — aposentado com a pensão annual de 360\$000 réis, correspondente á totalidade do respectivo ordenado de categoria, nos termos do n.º 4.º do artigo 1.º do § 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 25.º do decreto de 20 de setembro de 1906.

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade.*

5.ª Repartição

Tendo a doença do somno, na Ilha do Principe, adquirido nos ultimos annos um tal desenvolvimento que está dificultando a colonização e comprometendo gravemente a vida economica d'aquella colonia;

Sendo muito avultado o numero de serviços atacados por esta doença e consideravelmente elevada a mortalidade que ella determina;

Resultando d'esta deploravel situação sanitaria importantes prejuizos de ordem moral e material que ao Governo cumpre supprimir ou pelo menos reduzir a proporções compatíveis com o regime de trabalho agricola a que está intimamente ligada a prosperidade da referida Ilha;

Tendo a sciencia deduzido da etiologia da doença do somno os meios apropriados de a combater e estando indicadas pela missão portugueza que estudou a hypnose na Ilha do Principe as providencias locais que mais convem pôr em pratica para libertar esta colonia de tão dura condição;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É obrigatorio o exame medico, no porto de embarque, de todos os serviços que se destinem á Ilha do Principe, para se verificar se estão affectados de trypanosomiase.

§ 1.º O embarque somente será permitido áquelles em que o exame der resultado negativo, devendo a autoridade sanitaria entregar-lhes um certificado, pelo qual provem que não estão atacados de doença do somno.

§ 2.º Nenhum serviço poderá desembarcar na Ilha do Principe, sem que apresente o certificado a que se refere o paragrapho anterior.

§ 3.º O exame medico de que trata este artigo, repetir-se-ha na ocasião do desembarque, sempre que a autoridade sanitaria o julgue necessario como rigor de precaução ou por impossibilidade de identificação dos serviços.

Art. 2.º Não é permitida a saída de serviços da Ilha do Principe, sem previa inspecção da autoridade sanitaria, que prohibirá o seu embarque em livre transito aos que estiverem affectados de trypanosomiase.

Art. 3.º Todos os serviços existentes na Ilha do Principe, sejam quaes forem os serviços que desempenhem, serão submettidos methodicamente, por periodos não superiores a noventa dias, a um exame medico rigoroso, para se reconhecer se estão atacados da doença do somno.

§ 1.º Os serviços que estiverem no primeiro periodo da doença poderão continuar a trabalhar, se a autoridade sanitaria, por meio de apropriado tratamento, reconhecer que elles não constituem perigosos reservatorios de virus.

§ 2.º Os serviços que por causa do avançado grau da doença não possam trabalhar, e os que, apesar do tratamento prophylactico indicado no paragrapho antecedente, se não tornem inoffensivos sob o ponto de vista da transmissão da hypnose, serão sequestrados em lugar apropriado, que as autoridades locais escolherão, fora da area das glossinas, para receberem o conveniente tratamento.

Art. 4.º São obrigados a submeter-se ás imposições prophylacticas da autoridade sanitaria todos os individuos não serviços, seja qual for a sua condição social, que estejam affectados de doença do somno.

§ 1.º Para o effeito designado neste artigo não poderão os referidos individuos recusar-se ao exame medico que a autoridade sanitaria tiver necessidade de fazer para verificar se estão atados de trypanosomiase.

§ 2.º O exame medico a que se refere o paragrapho anterior será feito quando e como a autoridade sanitaria julgar mais conveniente.

§ 3.º Conforme os resultados obtidos no exame medico dos individuos de que trata este artigo, poderá a autoridade sanitaria submittê-los a tratamento prophylactico ou recorrer ás medidas de sequestração ou outras que as circunstancias aconselhem.

Art. 5.º Em todas as propriedades agricolas da Ilha do Principe haverá as *équipes* que a autoridade sanitaria julgar

indispensaveis para, pelo menos na parte cultivada d'essas propriedades, executarem os seguintes trabalhos:

- a) Caça directa das moscas por meio do visco ou por outros processos que a pratica mostre efficazes;
- b) Limpeza dos locais habitados, de modo que sejam removidas todas as condições favoraveis ao desenvolvimento das moscas;
- c) Destruição da vegetação inutil;
- d) Limpeza dos riachos e das suas margens;
- e) Drenagem dos pantanos;
- f) Quaesquer outros trabalhos de natureza hygienica que a autoridade sanitaria julgue conveniente e sejam exequiveis.

Art. 6.º Aos proprietarios ou rendeiros de propriedades agricolas competem as seguintes obrigações:

- 1.º Manter á sua custa as *équipes* a que se refere o artigo 5.º d'este decreto;
 - 2.º Destruir a floresta e o mato em geral em volta das plantações numa orla de, pelo menos, 100 metros de largura, conservando essa facha isoladora sempre convenientemente limpa;
 - 3.º Destruir e não deixar reconstituir as chamadas *capoeiras* ou *capoeirões*, tendo em especial attenção as que se encontram proximas da agua;
 - 4.º Manter limpo de vegetação inutil, de aguas estagnadas e de quaesquer focos de insalubridade, o terreno em volta das casas de habitação, quer de brancos, quer de gente de cor, assim como em volta do alojamento de animaes, numa area que a autoridade sanitaria fixará para cada caso particular;
 - 5.º Proteger contra a mosca por meio de rede apropriada, conforme as indicações da autoridade sanitaria, todas as casas de habitação existentes nas suas propriedades, quer sirvam para alojamento de brancos, quer de serviços, bem como os estabulos dos animaes;
 - 6.º Exterminar todos os porcos e animaes bravios que se encontrem nas suas propriedades;
 - 7.º Trazer os serviços vestidos por forma que fiquem com o corpo convenientemente protegido contra as picadas das moscas;
 - 8.º Obrigar os serviços, quando em trabalho nos logares mais infestados de mosca, a trazer nas costas um pano preto coberto de visco;
 - 9.º Submetter os serviços aos exames medicos e tratamento que a autoridade sanitaria julgar convenientes, não se oppondo á sequestração d'aquelles que por indicação da mesma autoridade devam ser isolados;
 - 10.º Fazer usar no dorso dos animaes, quando fora dos estabulos, sempre que seja possivel, panos pretos cobertos de visco;
 - 11.º Submetter os animaes, e principalmente os auxiliares dos trabalhos agricolas, aos exames que a autoridade sanitaria julgar necessarios, e bem assim ao tratamento que lhes for instituido, e proceder á occisão d'aquelles que a mesma autoridade condemnar;
 - 12.º Ter nos logares mais frequentados pela mosca panos pretos cobertos de visco, que serão collocados de manhã e retirados á noite;
 - 13.º Destruir todas as moscas que forem capturadas, informando a autoridade sanitaria, sendo possivel, do numero d'ellas;
 - 14.º Prover as suas propriedades do que for indispensavel ao tratamento dos trabalhadores e mais pessoal, em harmonia com as indicações da autoridade sanitaria;
 - 15.º Dar execução a quaesquer outras providencias que a autoridade sanitaria julgue de utilidade ao combate da doença do somno e sejam de sua natureza exequiveis.
- § unico. As disposições d'este artigo são extensivas ás pessoas que, não sendo proprietarios ou rendeiros de propriedades agricolas, estão todavia em circunstancias de lhes serem applicaveis.
- Art. 7.º É prohibida a criação de porcos na Ilha do Principe.
- § unico. Os animaes, a que se referê o n.º 6.º do artigo 6.º d'este decreto, podem ser mortos por qualquer pessoa, seja qual for o local onde os encontre.
- Art. 8.º O exame medico, a que se referem os artigos 3.º e 4.º d'este decreto, é gratuito para todos, bem como a assistencia medica necessaria á applicação dos meios prophylacticos contra a doença do somno.
- § 1.º As despesas de tratamento dos serviços correm por conta dos seus patrões; as dos pobres por conta do Estado.
- § 2.º Os proprietarios ou rendeiros concorrerão com uma taxa, que será calculada sobre as despesas de alimentação e vestuario, por cada serviço que das suas propriedades for transferido para o local de segregação, onde os doentes são isolados e tratados, enquanto durar este isolamento e tratamento.
- Art. 9.º Os proprietarios ou rendeiros, e na sua falta os seus procuradores, administradores ou representantes, são os responsaveis pela execução das medidas prophylacticas impostas por este diploma ou por intimação da autoridade sanitaria.
- Art. 10.º Os transgressores de qualquer das disposições impostas por este decreto, ou por intimação da autoridade sanitaria, incorrerão por cada vez em multa até 200\$000 réis, que lhes será applicada em processo de policia correccional, a requerimento do Ministerio Publico, se não pagarem voluntariamente na administração do concelho, no prazo de oito dias, contados da data da competente intimação.
- § unico. A applicação das multas será feita gradualmente, conforme o numero e a gravidade das transgressões.
- Art. 11.º As providencias sanitarias que tiverem sido

intimadas pela autoridade competente e não forem executadas nos prazos ou pela forma como foram impostas, serão mandadas pôr em pratica pela administração do concelho, á custa dos transgressores, independentemente da pena em que incorrerem, por motivo do disposto no artigo antecedente.

§ unico. Quando os transgressores não pagarem voluntariamente as despesas a que se refere este artigo, o administrador do concelho fará extrahir uma conta, que terá força de execução aparelhada, para se receber a importancia que for devida.

Art. 12.º Somente são competentes para fazer intimações sobre providencias sanitarias contra a doença do somno a impor multas por transgressão dos preceitos estabelecidos neste diploma ou por desobediencia a essas intimações, os medicos que forem especialmente encarregados dos serviços da luta contra a hypnose.

Art. 13.º A delegação de saude da Ilha do Principe exerce a superintendencia technica sobre os trabalhos a executar contra a doença do somno; detalha os serviços conforme for mais conveniente, ouvindo os medicos encarregados d'esses serviços e os proprietarios, sempre que o julgue necessario; promove a divulgação de conhecimentos praticos sobre a propagação da doença e a vantage das medidas adoptadas; concentra todos os elementos de estatistica referentes á doença do somno e ás medidas postas em pratica; e organiza um boletim mensal de todos estes serviços, que remetterá regularmente pelas vias competentes á Direcção Geral das Colonias.

Art. 14.º O administrador do concelho da Ilha do Principe dará mensalmente conta ao governador da provincia de todas as occorrencias dignas de registo succedidas na luta contra a doença do somno, no que respeita principalmente á sua parte administrativa; satisfará as providencias que lhe forem pedidas, dentro das suas attribuições e requisitará superiormente as que não possa satisfazer; incitará os proprietarios e rendeiros ao cumprimento dos preceitos impostos; e finalmente, prestando a todos o concurso da sua autoridade, assegurará por meio d'ella o cumprimento das determinações legais.

Art. 15.º Para os efeitos da luta contra a doença do somno será a Ilha do Principe dividida em três zonas, que serão dirigidas pelo delegado de saude e por dois medicos do quadro respectivo.

§ unico. Enquanto durarem os trabalhos a que tem de proceder-se para cumprimento do determinado neste diploma será abonada a cada um dos medicos, a que se refere este artigo, uma gratificação que, junta aos seus vencimentos ordinarios, perfaça a importancia mensal de réis 250\$000.

Art. 16.º Nas propriedades do Estado ou do municipio, e nas que forem do dominio publico, pertence á administração do concelho ou á Camara Municipal a execução das medidas sanitarias por este decreto impostas aos particulares.

§ unico. Se a Camara Municipal não puder executar as providencias que lhe dizem respeito ficarão estas a cargo da administração do concelho.

Art. 17.º Funccionará permanentemente na Ilha do Principe uma commissão da doença do somno, composta do administrador do concelho, que será o presidente, e dos seguintes vogaes: delegado de saude, presidente da commissão municipal e dois agricultores, exercendo as funções de secretario um empregado publico, sem voto, que o administrador nomeará.

§ 1.º Os agricultores (proprietarios ou seus administradores ou rendeiros) e bem assim os seus substitutos serão nomeados pela commissão municipal.

§ 2.º As sessões da commissão assistirão, sem voto, e serão ouvidos, os medicos sanitarios de cujos actos haja recurso.

§ 3.º O delegado de saude será substituido na commissão por um dos medicos sanitarios, quando haja recurso de algum dos seus actos.

Art. 18.º São attribuições da commissão da doença do somno:

- 1.º Dar o seu parecer em todos os assuntos em que o governador ou o administrador do concelho pretenda ouvi-la e que se relacionem com o fim especial da sua missão;
- 2.º Deliberar sobre quaesquer reclamações contra os actos da autoridade sanitaria, excepto no que respeita á boa ou má applicação das multas, sobre o que ao juizo somente compete resolver.
- 3.º Promover tudo o que for conveniente á efficacia da luta contra a doença do somno, removendo attritos e difficuldades, incitando á pratica das medidas prophylacticas e exercendo uma acção de permanente vigilancia na execução das providencias impostas.

Art. 19.º O Governador da provincia adoptará em portaria as providencias complementares reguladoras d'este decreto e marcará os prazos para poderem começar a ter execução as suas disposições penaes.

Art. 20.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 17 de abril de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga* — *Antonio José de Almeida* — *Afonso Costa* — *José Relvas* — *Antonio Xavier Correia Barreto* — *Amaro de Azevedo Gomes* — *Bernardino Machado* — *Manuel de Brito Camacho*.

Direcção dos Caminhos de Ferro das Colonias

Despachos effectuados nas datas abaixo indicadas

Por portarias de 11 do corrente mês:

Alfredo Augusto Lisboa de Lima, capitão de engenharia — exonerado do logar de engenheiro-difector da Direcção dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, para que fôra nomeado por portaria de 7 de março de 1906, que serviu com zelo e intelligencia.

Miguel Pinto de Figueiredo, apontador do quadro das obras publicas da metropole — exonerado, a seu pedido, do logar de apontador da construcção do caminho de ferro de Malange, para que fôra nomeado por portaria de 4 de abril de 1903.

Por portarias de 15 do corrente mês:

Antonio Dias de Mello, conductor de 2.ª classe do caminho de ferro de Mossamedes — concedidos sessenta dias de licença para continuar o tratamento. (Tem a pagar emolumentos e respectivos addicionaes).

Carlos de Sá Morgado, apontador da secção especial do caminho de ferro de S. Thomé — transferido para o logar de apontador da 2.ª divisão dos caminhos de ferro de Loanda.

Direcção dos Caminhos de Ferro das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director, *Arnaldo de Novaes Guedes Rebello*.

MINISTERIO DO FOMENTO

Secretaria Geral

Em conformidade com o n.º 1.º do n.º 1 da base 3.ª, carta de lei de 11 de março de 1907: hei por bem nomear presidente do conselho de administração do porto de Lisboa o engenheiro chefe de 1.ª classe da secção de obras publicas do corpo de engenharia civil, José da Paixão Castanheira das Neves.

Paços do Governo da Republica, em 7 de abril de 1911. — O Ministro do Fomento, *Manuel de Brito Camacho*. (Tem o visto do Tribunal de Contas de 12 de abril de 1911).

Rectificações ao relatório da sub-commissão de inquerito aos serviços de obras publicas e minas, publicado no «Diario do Governo» n.º 83, de 11 de abril corrente.

Afora pequenos erros de pontuação e concordancia, de facil correcção, a corrigenda das principaes inexactidões é a seguinte:

Página	Colunas	Linhas	Onde se lê	Deve ler-se
1:509	8	80 e 81	o qual obteve parecer do mesmo concelho.	o qual obteve parecer favoravel do mesmo concelho.
1:510	1	2	aguas fluviaves	aguas pluvines.
"	"	19	139:400\$000 réis	138:000\$000 réis.
"	"	71	4:200 metros quadrados ..	4:800 metros quadrados.
"	2	17	alem de ser escuso	alem de ser um sitio escuso.
"	3	16	177 metros quadrados	1:770 metros quadrados.
"	"	87	321 ^m 20	331 ^m 20.
"	"	92	591 ^m 37	561 ^m 37.
"	"	97	263	265.
"	"	98	463 ^m 15	464 ^m 15.
1:511	1	7	1:731\$408 réis	1:731\$408 réis.
"	"	27	10 ^m 0 × 8 ^m 0 e 4 ^m 5	11 ^m 0 × 8 ^m 0 e 4,5.
"	"	28	10 ^m 0 × 5 ^m 0	11 ^m 0 × 5 ^m 0.
"	"	39	103:499\$321 — 4:013\$827	103:499\$321 — 4:013\$827
"	"	63	3 ^m 98 × 30 ^m 70	3 ^m 98 × 30 ^m 70
"	"	75	119:839\$870	119:839\$890.
"	"	88	pelo mappa seguinte	pelo mappa o seguinte.
"	"	2	1:024	1:204.
"	"	17	219	209.
"	"	42	no triplo para mão	no triplo para ser só de mão.
"	"	69	Que nas tarefas de calceteiro e de calçada.	Que nas tarefas de calceteiro figuram 2 de calçada.
"	"	84	Pelo mappa das machinas adquiridas.	Pelo mappa dos materiaes adquiridos.
"	"	98	116 metros quadrados de pozzolana em vez de 2:856 ^m 6.	116 metros cubicos de pozzolana em vez de 2:857 ^m 6.
"	"	101 e 102	68\$300 réis em vez de réis 58\$770.	68:300 kilos em vez de 58:770 kilos.
1:512	1	5 e 6	Que deduzindo-se a quantidade de cal comprada (801 ^m 6), a qual era,	Que deduzindo-se da quantidade de cal comprada (801 ^m 6), a que era,
"	"	96	4:268 ^m 8	4:266 ^m 8.
"	"	49	1:699 ^m 37	1:699 ^m 37.
"	"	73	alvenaria ordinaria a 280 ^m 0.	alvenaria ordinaria e 280 ^m 0.
"	"	96	deve ser reduzido a 127'1	deve ser reduzido de 127'1.
"	"	105	288'0	280'0.
"	"	3	408'3	400'3.
"	"	8	1:770 metros quadrados ..	1:700 metros quadrados.
"	"	43	réis a quantia de réis	réis que a quantia de réis.
1:513	1	28 e 24	fornecimentos que não são	fornecimentos não são
"	"	53	1:024\$778	1:024\$178.
"	"	74	excavação	execução.
"	"	2	jornaes pagos a mais	jornaes pagos.